África (São Paulo, 1978, Online), São Paulo, n. 45, p. 1-11, 2024 https://doi.org/10.11606/issn.2526-303X.i45pe218386
e218386

Angolanos e Angolenses na ficção de José Luandino Vieira

Angolanos and Angolenses in José Luandino Vieira's Fiction

David Pereira Júnior

Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil
david.pj22@hotmail.com
https://orcid.org/0000-0002-8449-4487

Resumo: Neste artigo objetivamos analisar como o escritor José Luandino Vieira ficcionaliza a diferenciação entre dois estratos sociais específicos no panorama de Angola pré-independência: angolenses e angolanos. Embora ambos os grupos sejam formados por cidadãos de Angola, os adjetivos pátrios desvelam certas especificidades históricas e, principalmente, diferentes formas de se pensar a nação e/ou a luta de independência, bem como denotam aproximações ou afastamentos em relação ao governo colonial. Para tanto, nos valeremos da análise das estórias Vavó Xíxi e seu Neto Zeca Santos, presente no volume Luuanda, e Estória de Família (Dona Antónia de Sousa Neto), do livro Lourentinho, Dona Antónia de Sousa Neto & Eu.

Palavras-chave: José Luandino Vieira; Literatura Angolana; História Angolana.

Abstract: In this article we aim to analyze how the writer José Luandino Vieira fictionalizes the differentiation between two specific social strata in the panorama of pre-independence Angola: "angolenses" and "angolanos". Although both groups are made up of citizens of Angola, the patriotics adjectives reveal certain historical specificities and, mainly, different ways of thinking about the nation and/or the struggle for independence, as well as denoting approaches or distance from the colonial government. To do so, we will use the analysis of the stories Vavó Xíxi e seu Neto Zeca Santos, present in the volume Luuanda, and Estória de Família (Dona Antónia de Sousa Neto), from the book Lourentinho, Dona Antónia de Sousa Neto & Eu.

Keywords: José Luandino Vieira; Angolan Literature; Angolan History.

Chá com senhoras ou quimbombo com monangambas

Angolanos ou angolenses? A questão vai além do âmbito dos adjetivos pátrios. Compreende, ou compreendia, na verdade, concepções de mundo e modos de pensar a própria nacionalidade em Angola. Interessa-nos, aqui, a deflagração do momento concreto, do contexto real, ficcionalizado, em que o uso e/ou a filiação a um desses adjetivos apresentava-se como uma escolha de caráter ideológico. Temístocles Zé da Cunha, personagem de Luandino Vieira, resume bem a questão: "[...] nossos sufixos pátrios são marca das diferenças em nossa educação: nós [angolenses] bebemos chá com senhoras; vocês [angolanos], quimbombo com monangambas!..." (José Luandino VIEIRA, 1981, p. 96). Mas, afinal, quem eram os angolenses?

Catarina Madeira Santos (2007) nota como, na qualidade de mero adjetivo pátrio, o termo "angolense" aparece pelo menos desde o século XVIII. Porém, a autora demonstra como é a partir de um ímpeto de autolegitimação que o termo ganha força, nomeando não qualquer pessoa nascida em Angola, mas antes membros ligados às antigas famílias de Luanda, certa elite local que, com o tempo, passa a ver a questão da naturalidade como endosso às reivindicações políticas feitas à Metrópole.

> Se a distinção é feita, é porque se quer nomear uma realidade social que não pode ser dita com recurso às designações até aí estabelecidas. O vocábulo angolense é usado como substantivo, não como adjectivo, para classificar uma realidade social que parece exigir a invenção de um novo designativo. (Catarina Madeira SANTOS, 2007, 219)

É preciso lembrar que estamos tratando de um Estado, então, colonial. Portanto, devemos mencionar algumas nuances do colonialismo português, como o tipo de colonização perpetrado então: nos primeiros séculos de colonização de Angola, o território funcionava basicamente como entreposto comercial, de onde Portugal extraía seu principal negócio: pessoas transformadas em escravos, que logo eram enviadas, principalmente, ao Brasil. A política portuguesa, então, não se voltou ao povoamento, fato que criou as possibilidades de certa miscigenação dos portugueses (e brasileiros) para lá deslocados com a população local. Naturalmente, o elemento "mestiço", ou "mulato", tornou-se uma realidade. Devido ao foco no comércio de escravizados e, também, à já mencionada característica de "não-povoamento" da colônia, os mestiços ocuparam cargos na administração colonial:

> De um modo geral, os brancos estavam mais interessados no comércio, real fulcro do poder e que lhes dava mais vantagens materiais que os fracos salários de funcionários. Assim, uma boa parte dos cargos públicos, civis e militares, foi sendo ocupado pelos mestiços. No entanto, sempre existiram restrições legais, pois para os cargos mais elevados ou de prestígio, inclusive os de vereadores da Câmara ou de direcção da Misericórdia, se exigia "pureza de sangue", isto é, o candidato não podia estar "contaminado" de sangue judeu, mouro ou negro. É evidente que pessoas com influência conseguiam por vezes ultrapassar essas restrições (PEPETELA, 1990, p. 58-59).

Com o tempo, e a crescente miscigenação, o termo "angolense" acaba por se referir mais e mais aos mestiços descendentes dessas antigas famílias de Luanda e esse índice rácico se tornará importante na medida em que a política portuguesa modifica-se. Também é importante aqui ressaltarmos como há uma série de outros termos usados para se referir a tal estrato populacional, sendo "crioulos" e "filhos do país" os principais deles, embora também carreguem consigo diferenciações e necessárias problematizações. O que devemos ter em mente é que se tratava de modo superficial, de uma população, àquela altura, integrada à certa lógica colonial, principalmente no que tange aos hábitos culturais: mais próximos aos dos portugueses do que aos da população "indígena":

> A expressão "filho do país", assim como "pardo" ou "mulato", foi interpretada pela historiografia como integrante do vocabulário colonial com a finalidade de designar os mestiços que partilhavam de alguma forma a cultura portuguesa – língua, educação, vestuário, interesses políticos e intelectuais etc. – em contraposição aos "gentios", a população negra que mantinha a sua independência política e cultural do domínio português. Essa população culturalmente mista de "filhos do país", a viver em Luanda e Benguela e respectivos hinterlands, integrava a elite cultural e económica de Angola, participando de alguma forma da instalação e manutenção do aparelho colonial (Maria Cristina Portella RIBEIRO, 2012, p. 13).

O século XIX será um turbilhão para os "angolenses", principalmente porque Portugal redesenha sua política colonial, motivado por uma série de fatores que envolvem desde a independência brasileira, passando pelo fim do tráfico de escravizados, até a famigerada Partilha da África na Conferência de Berlim. Em suma, Portugal se vê sob ameaça, por um lado de secessão de suas colônias africanas, por outro em relação às potências europeias de maior poderio que pudessem tentar cobrar para si territórios africanos que Portugal julgava seus, mas que não estavam devidamente ocupados. Aliado a isso, o fim do tráfico legal de escravizados motivou mudanças na política econômica das colônias. A resposta portuguesa passa pela tentativa de povoar seus territórios. Curiosamente, trata-se de uma resposta, ou melhor, de uma política, que atravessa não somente os séculos – passando do XIX para o XX, mas também diferentes formas de governo: monarquia, república e ditadura militar. O que será importante para nós neste artigo é notarmos como essa política afeta os "angolenses": a chegada, e o incentivo para a chegada, de mais portugueses faz com que haja uma perda de poder, econômico e político, desses "filhos da terra", afinal, agora, o índice rácico era mais evidenciado, embora nunca houvesse sido de todo anulado.

Como ressaltamos, trata-se de uma política que se estendeu por muito tempo, mas que começa a ser posta em marcha acelerada do meio para o fim do século XIX, acentuando-se sobremaneira no século seguinte. Assim, é natural que os "filhos da terra" gozassem ainda de posições de prestígio em determinados momentos do século. Foi justamente tal posição, mais de prestígio social do que propriamente econômico, que permitiu que houvesse uma imprensa "angolense" combativa. Combativa pois surge na época dessa mudança na política colonial e na esteira do pensamento liberal clássico. É nesse período que o termo "angolense", ou "filho do país", ao nosso ver, aparece mais bem delimitado em seu sentido político: representava esta população, normalmente miscigenada embora também pudesse incluir brancos já nascidos em Angola, habitante de centros urbanos, que participava da vida pública, dominando os hábitos e a cultura europeia, embora também interessada no resgate e na manutenção de certas tradições locais e, nisso, contrapondo-se aos colonos portugueses:

> Uma interpretação diferente do termo "filho do país" foi dada pelos próprios nos periódicos em que participaram. Ao contrário da perspectiva colonial, que utilizava a expressão para distinguir os mestiços e negros "civilizados" do "gentio incivilizado", a sua perspectiva era outra, essencialmente a de contrapô-los ao elemento branco português, isto é, aos representantes da metrópole, os "filhos de Portugal" (RIBEIRO, 2012, p. 13).

Apesar do esforço desses jornalistas e mesmo políticos angolenses, a decadência social, política e econômica desse estrato populacional não mais parou. Salientemos que essa derrocada fez-se visível na alteração da geografia de Luanda, capital e principal cidade em que habitavam os angolenses. Até as primeiras décadas do século XX, os angolenses habitavam regiões próximas à Baixa de Luanda, área destinada sobretudo à elite colonial local. Bairros intermediários entre centro e periferia, como os Coqueiros e as Ingombotas, por exemplo, eram considerados áreas "crioulas", por serem local predominante de morada dessa população (Washington NASCIMENTO, 2020, p. 89). Com o acentuar da política colonial de ocupação, o que acontece é que essa população é empurrada para as franjas da cidade, notadamente para os locais conhecidos como "musseques":

> Originalmente [musseque] quer dizer em kimbundo a areia vermelha, formação geológica mais comum na zona, e como tal é referido em documentos do século XVII. Mas à medida que se intensifica a segregação espacial da população negra, sobretudo a partir do fim do tráfico, passará a designar os bairros de cubatas para onde é escorraçada a população africana, na periferia da cidade, ficando o centro cada vez mais zona reservada às classes dominantes (PEPETELA, 1990, p. 68-69).

O musseque, então, tem sua população formada por um movimento duplo: de um lado, a população indígena do interior é atraída para a cidade, em busca de melhores condições de vida, e acaba por ter os musseques como morada; de outro, a população angolense, "filha da terra", é deslocada do centro, ou de próxima ao centro, para o musseque. Este encontro, em última instância, contribuiu para o fomento da luta de libertação, mas não podemos dizer que não houve tensões.

Mesmo em decadência, alguns segmentos de angolenses ainda conseguem postos intermediários na administração pública ou em outras atividades, como a docência ou a enfermagem, dentro da lógica colonial portuguesa no século XX. Para Bittencourt (2008, p. 50) esta inserção no "mundo português" ajuda a entender certa oposição de membros desses grupos em relação à independência de Angola:

> Para além de concepções estranhas ao seu mundo, como o socialismo, por exemplo, os ideais independentistas reivindicavam a aproximação ao "indígena" – o que durante muito tempo foi o grande pavor desses grupos, posicionados de forma intermediária entre os colonos e a maioria africana – e a sua mobilização (Marcelo BITTENCOURT, 2008, p. 50).

Vale dizer que aos olhos do colonialismo português pós-Primeira República a diferenciação não se dava nestes termos – angolenses ou antigos crioulos ou ainda "filhos da terra", portugueses e angolanos – mas sim nas categorias "portugueses", "assimilados" e "indígenas", diferenciação que se torna lei quando entra em vigor o Estatuto dos Indígenas, em 1926, um decreto que será alterado ao longo do tempo por outros decretos. Nesse documento, define-se assim o indígena: "Para os efeitos do presente estatuto, são considerados indígenas os indivíduos da raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se não distingam do comum daquela raça" (COLÓNIAS, 1926, p. 1668). O estatuto, na realidade, surge como um "[...] instrumento para limitar o poder político dos antigos crioulos, pois retirava deles o status legal de civilizado, instituído durante a República (1910-1921), e criava mais *démarches* difíceis de serem vencidas para se tornar um assimilado" (NASCIMENTO, 2020, p. 95).

Em resumo, podemos afirmar que os antigos "angolenses" passaram a se ver cada vez mais próximos, no sentido legal e também geográfico, da massa autóctone de quem por muito tempo se diferenciaram. Essa diferenciação histórica e cultural, porém, não se apagou de todo, ao menos não para os "angolenses", tanto é assim que um escritor como José Luandino Vieira, que começa a publicar textos de maior relevância já no fim da década de 1950 e começo de 1960, por vezes traz para suas obras tal tensão, como veremos a seguir.

A modificação de Luanda

Vavó Xíxi e seu neto Zeca Santos é a primeira estória do livro *Luuanda*, publicado em 1964 e escrito um ano antes (Michel LABAN, 1980). Na trama, acompanhamos os personagens do título vivendo em uma cubata de musseque: o neto, ainda jovem, lamenta-se da falta de comida e das dificuldades em arrumar trabalho. A avó, por sua vez, repreende o neto pois era ele quem deveria, naquela situação, prover dinheiro e, consequentemente, a comida que faltava. Zeca Santos, envergonhado pela censura da avó, justifica-se contando os casos que se passaram. Nisto, o leitor tem um panorama das relações sociais e da efervescência política de Angola no período imediatamente pré-independência.

Diferentemente da outra estória que analisaremos, em *Vavó Xíxi*... a relação entre angolenses e angolanos não aparece pela diferenciação entre os termos pátrios, sendo apenas depreendida a partir

de indícios que o autor nos dá. É a avó quem representa este primeiro grupo, mas trata-se de uma representação por via do devaneio memorialístico:

> [...] ...Dona Cecília de Bastos Ferreira, sentada na cadeira de bordão, na porta da casa, vê passar o vento fresco das cinco horas, mas as moscas não lhe largam. É dezembro, calor muito; seu homem, Bastos Ferreira, mulato de antiga família de condenados, saiu já dois quinze dias para negociar no mato perto, acompanhando grande fila de monangambas, fazendo o caminho a pé com os empregados dele, tipóia não gostava, dizia que homem não anda nas costas de outro homem (VIEIRA, 2015, p. 52).

É a partir do sonho com o seu passado que o leitor conhece o "antigamente" mais glorioso de Vavó Xíxi. A valorização do nome português e o trabalho do marido como negociante com empregados nos ajudam a compreender o estrato social ao qual Vavó pertencia. Poucas linhas depois, temos a confirmação:

> E nga Xíxi, dona Cecília, *que está morar nos Coqueiros* em casa de pequeno sobrado, *com discípulas de costura e comidas, com negócio de quitanda de panos*, fica-se, gorda e suada, sentindo o bom do vento do abano que Maria está abanar ali mesmo, na cara da rua (VIEIRA, 2015, p. 52-53, grifos nossos).

Luandino, hábil na costura das cenas, intercala a lembrança de Dona Cecília de Bastos Ferreira com as de Vavó Xíxi, como se se tratasse de duas personagens que de tão distantes são já outras:

> Dona Cecília continua tomando conta de Joãozinho, monandengue quieto, de grandes olhos quase parados. O vento do fim do dia vem, com as cores do sol a fugir no mar, cobrir, tapar o Coqueiros, e é um sol muito grande, grande, que cresce, encarnado, a queimar as cores das casas, o verde dos paus, o azul do céu...
> ... Sentada no chão molhado da porta da cubata, nga Xíxi Hengele, como lhe chamam no musseque [...] resmunga num estreito raio de sol fugido das nuvens para lhe bater na cara velha e magra. Vavó pisca os olhos, sente o corpo mole, a boca amarga, a cabeça pesada. Lembra depois os pensamentos, quase estivera a sonhar, um sorriso triste vem-lhe torcer os riscos todos na cara seca. Fala só para o seu coração:
> - Nga Xixi!... Dona Cecília!... P'ra qué eu lembrei agora?! (VIEIRA, 2015, p. 53-54).

Ora, a mudança, ou melhor seria dizermos, a decadência é uma das chaves possíveis de interpretação da estória. Lembremos: os angolenses sofreram com a transformação dos rumos da política de colonização portuguesa e essa mudança refletiu-se, principalmente, na geografia em que ocupavam: dos bairros próximos à Baixa foram para os musseques. Luandino ficcionaliza esse movimento a partir da personagem de Vavó Xíxi, antiga moradora dos Coqueiros, com status social diferenciado e em ótimas condições financeiras. Nesse caso, a decadência foi completa e reflete-se não somente no destino da personagem em questão, mas não de seus descendentes, especificamente seu neto Zeca Santos.

Zeca é já fruto de um outro tempo, representa, então, o "angolano". Essa filiação tem a ver, também, com a ação de seu pai, João Ferreira. João está preso, acusado de "terrorismo", assim podemos depreender que o pai de Zeca Santos estava engajado, de uma forma ou outra, na incipiente luta de libertação nacional. É esse o motivo, aliás, da dificuldade de Zeca arrumar emprego. Quando o menino pede trabalho ao branco sô Souto, este o castiga com um chicote cavalo-marinho – arma, vale dizer, bastante atrelada às forças de coerção coloniais – pela mera filiação do garoto ao pai. Diz Zeca: "[...] [sô Souto] estava-me gritar eu era filho de terrorista, ia-me pôr queixa, não tinha mais comida para bandidos, não tinha mais fiado" (VIEIRA, 2015, p. 49).

É em Zeca Santos que a história dos angolenses e dos angolanos se junta: ele é fruto da História e sofre na pele as consequências do colonialismo português. A fome do garoto permeia toda a estória e

essa talvez seja a maior violência a que está submetido: "Na cidade colonial, a compartimentação é garantida pelo código da violência, cuja expressão mais dura é a fome, essa cotidiana presença para quem vive do outro lado da linha" (Laura PADILHA; Rita CHAVES, 2015, p. 20). Na estória, a fome é implacável e deixa marcas, como os "[...] riscos teimosos as fomes já tinham posto na cara dele, de criança ainda" (VIEIRA, 2015, p. 78).

Por seu turno, a avó, também com fome, parece recorrer à ilusão para driblar essa violência: procurando algum alimento nos lixos, confunde raízes de dália com pequenas mandiocas.

Podemos afirmar, então, que, nesta estória, "angolenses" e angolanos são ficcionalizados a partir da situação de penúria a qual os dois grupos estão submetidos. Assim, o passado "angolense" aparece apenas como índice do processo de decadência desse estrato social. O termo decadência não se aplica, porém, a Zeca Santos, que desde cedo está submetido a essa nova realidade. Ou seja, é essa a realidade dos angolanos de então, que não têm um "antigamente" glorioso a recorrer.

Na estória analisada em seguida, veremos como Luandino é mais ácido em relação aos "angolenses" e a própria luta de libertação torna-se tema de debate entre personagens.

Nós, angolenses; vocês, angolanos

Estória de Família (Dona Antónia de Sousa Neto) é a segunda novela do volume *Lourentinho, Dona Antónia de Sousa Neto & Eu*, publicado em 1981, embora ambas as estórias tenham sido escritas em 1972. Na altura da escrita, Luandino já está cumprindo pena – por seu engajamento no movimento de independência de Angola – no campo de trabalho do Chão Bom, Tarrafal, em Cabo Verde – e a luta de libertação está mais avançada em relação ao período da escrita de *Luuanda*.

Na trama, temos uma grande celebração por um pedido de noivado feito à filha do anfitrião. A comemoração, porém, serve apenas de pretexto para a amálgama de personagens que se envolvem na trama de Luandino, ocupando, e defendendo, certas posições e mesmo passados diversos. Nesse cenário, destacam-se na defesa da historicidade e dos valores angolenses dois personagens: o velho Damasceno, anfitrião, ex-chefe dos postos, "capacete colonial" (VIEIRA, 1981, p. 76), e seu amigo Temístocles Zé da Cunha, "[...] jornalista angolense da velha-escola", "[...] sobrinho do velho Zé da Cunha, do 'Mukuarimi' e do 'Angolense'" (VIEIRA, 1981, p. 81). O ressalte à ocupação profissional de ambos é bastante relevante pois converge ao que já destacamos sobre os angolenses: enquanto o anfitrião ocupava cargo na administração colonial, Temístocles representa o jornalismo – aqui bastante debochado por Luandino – dos "filhos do país".

Temos, ainda, outra personagem que representa os angolenses, mas não da mesma forma, ou seja, explicitando pelo discurso a diferenciação pátria, que os demais citados: trata-se de nga Tonha dia Kaj'vintém, ou melhor, "[...] senhora-dona Antónia de Sousa, vocência sem favor" (VIEIRA, 1981, p. 75). A personagem estampada também no título ocupa um lugar bastante específico na trama: caduca, a velha, que "[v]em dos tempos do antigamente" (ibidem), encontra-se encostada à sombra de uma árvore no quintal, fumando, cuspindo, observando e xingando os convidados que chegam ao evento. O destino de dona Antónia de Sousa ao fim da trama é, também, bastante simbólico, como teremos oportunidade de mencionar mais adiante.

Ao longo do texto, a questão da diferença ou da alteridade, se preferirmos, é latente, motivada também pela grande multiplicidade de personagens no almoço. Em dado momento, somos apresentados aos "Camundongos do Ritmo", conjunto musical responsável pela música no almoço. Essa apresentação é interessante na medida em que descobrimos que o grupo está, na verdade, substituindo o Ngola Ritmo[1], que "[...] estava na cadeia" (VIEIRA, 1981, p. 82). Trata-se de óbvia referência ao mais

[1] Assim como Luanda por vezes vira Luuanda na obra de Luandino, aqui o Ngola Ritmos vira Ngola Ritmo. Trata-se, conforme compreendemos, de brincar com a relação da realidade com a ficção, turvando as águas que as separam.

importante grupo musical angolano. Mas a menção ao Ngola Ritmos vai além do mero reconhecimento da cena musical popular, pois aborda, também, o envolvimento de membros do conjunto na luta de libertação nacional. Conforme Nascimento (2020):

> Os membros do Ngola: Liceu Vieira Dias e Amadeu Amorim fizeram parte do primeiro grupo panfletista, surgido no Bê Ó, e que se punha contra o colonialismo português. Além de Liceu e Amadeu, faziam parte desse grupo [panfletista] o escritor Agostinho Mendes de Carvalho (Uanhenga Xitu), o militante Beto Van-Dunen, dentre outros.
> Em fins de 1957 e início de 1958, esse grupo começou a distribuir panfletos para chamar a população angolana a lutar pela independência. Em 1959, a PIDE entrou no bairro e prendeu grande parte dos envolvidos na distribuição dos panfletos (NASCIMENTO, 2020, p. 114-115).

Além da menção a essa prisão, Luandino traz esse contexto para seu texto a partir do comentário de Damasceno em discussão com Paulo Tavira, personagem que havia ficado encarregado de contratar o grupo musical para a ocasião e que justifica a ausência do Ngola Ritmo pela prisão acima mencionada:

> Pois, meu caro Tavira, muito me conta... Só de pensar, ferve-me o rubro sangue. *Traidores mancumunados*! E logo o filho do meu amicíssimo Zé Vieira Dias! Metido *naquelas crianças*?... Não me ponha água nas fervuras! – quais coação, quais exageros, negava. Meticuloso, o branco acendia o cachimbo com mil vagares, velho Damasceno gesticulava-se: Más companhias? Talvez!... Aqui para nós, que ninguém nos ouve: essa *camarilha de mulatos bolchevistas*... (VIEIRA, 1981, p. 83, grifos nossos).

A partir da citação acima, conseguimos delimitar certa visão por parte dos angolenses da festa em relação à luta de libertação nacional. Aliás, o retrato que Luandino pinta do anfitrião é inequívoco: ex-chefe dos postos, usa laço-à-borboleta, repreende o quimbundo falado pelas cozinheiras e se orgulha do seu trabalho em relação aos autóctones: "Tempos homéricos, senhor! Tempos odisseicos!... Civilizámos muitos gentios: palmatória na direita, quinino na esquerda! Crianças grandes, os pretos..." (VIEIRA, 1981, p. 85). Ao mesmo tempo, valoriza a música que se tocará no evento, atrelando-a ao:

> [...] impoluto sabor genuíno de tudo quanto o folklore, vaso cornucópio de messes de proveito e exemplo, herda às vindouras gerações na inextinguível benesse do luminoso facho da nossa civilização construtora das caravelas de Cristo – naves ecumênicas que deram novos mundos ao mundo!

Ou seja, mesmo a música popular angolana é, na visão de Damasceno (e em seu português empolado), fruto da colonização portuguesa. Essa visão será endossada por Temístocles Zé da Costa na sequência da estória, também discursando para os presentes. No início de sua fala já observamos um traçar de linhas entre os angolenses e os angolanos: os primeiros, incluindo o discursador, são, em sua visão, "[...] tidos e havidos de retrógrados por espíritos facciosos que por aí pululam sem norte, malfadadamente" (VIEIRA, 1981, p. 95, grifos nossos) por, ainda sob sua perspectiva, demonstrarem "[...] paixão e inteligência das coisas tradicionais". Temístocles segue saudando "[...] insignes de nossas batalhas em prol de nosso folk-lore" (ibidem). Ou seja, do lado angolense, o suposto amor pela tradição, do outro, o dos angolanos, os espíritos facciosos. A diferenciação será mais explicitada na continuidade do discurso, que segue pelo caminho da polêmica, como o narrador deixa evidente:

> Mas quem que navega com crianças enche o barco d'água, é bem certo: ainda uma vez mais deu encontro os escolhos da ignorância. Foi o caso de ter dito: Compreendemos e apoiamos essas novas gerações de angolanos» – procurando o Purgatório, o lugar ao sol-e-chuva, «mas reivindicamos orgulhosamente o nosso lugar na defesa dos valores folclóricos como angolenses que somos... – e Valdomar, partioso, levantou a voz ao sopro dos olhos pintados a seu lado: Angolanos? Angolenses?... Sim, jovem! – trovejou-se Temístocles – Sim! *Não é discriminação, nossos sufixos pátrios são marca das diferenças em nossa educação: nós bebemos chá com senhoras; vocês, quimbombo com monangambas*!... (VIEIRA, 1981, p. 96, grifos nossos).

A narrativa segue pontuando uma série de adesões ao mundo português por parte dos angolenses e, em contrapartida, de censuras em relação aos angolanos independentistas. Um exemplo disso ocorre quando a menina Olga declama uma poesia de Viriato da Cruz, conhecido poeta e político angolano, engajado na luta nacionalista:

> Tendo a prendada senhorinha Olga Palhares declamado poesias mui aplaudidas, quis o fado fechasse a poema d'amor. 'Versos de pé quebrado...' – como *desdenhara Temístocles* depois de conhecer identidade autoral. Que eram dum *mulato qualquer-coisa da Cruz, Virgílio ou Viriato ao que parece* [...] (VIEIRA, 1981, p. 105, grifos nossos).

A narrativa, porém, e seu narrador, não são alheios à situação e a estória por diversas vezes ressalta o passar do tempo, como a notar que o mundo "angolense" é já passado, e o ventos que sopram agora são já outros:

> E a bissapa era de bunganvília roxa e branca, entrelaçada de brincos-de-mulata, fetos, aibencas e moitas abandonadas, capins e pássaros. De lá, a casa crescia, em meios, varanda-colonial – quantas gerações, entre suas paredes de madeira verdessujas do tempo? Sobre pilares, casa à americana. E anexos e casinhas e casotas, por volta parentes recém-urbanizados; visitas matuenses; ventres fecundos diminuindo a área antiga de musseque de mandioca. O que ainda existia, resto dele só – e bananeiras, chapéu de sombra de roupas e celhas; a gajajeira, trazenha, velha; mandioqueiras fresquíssimas. Plantada a verdes tutelares, o musseque à volta olhava a casa tacanhez de chapas velhas, luandos, tábuas e papel-de-cimento, os paus-a-pique pelos dedos. A casa como o dono quimbiâmbico laço, capacete colonial, tempo levantado contra as arrogantes silhuetas dos arranha-céus se chegando com manhã de nuvem, pacientes salalés da vermelha terra do antigamente.
> 'Tudo condenado... Ainda bem? Ainda mal?...' – Diálogo de Paulo e Tavira, modo de dar pausa ao cachimbo (VIEIRA, 1981, p. 115-116).

A crítica definitiva de Luandino aos angolenses orgulhosos fecha-se com o apoio por parte destes personagens aos policiais da PIDE que invadem a casa em busca de Paulo Tavira, a quem querem interrogar. Com exagerada vênia, o anfitrião incentiva: "Não seja indulgente, inspector! É preciso livrar a nossa boa sociedade africana desses vadios subversivos, incapazes sociais a quem os literatos de café chamam 'os proletários'..." (VIEIRA, 1981, p. 123). Linhas acima, porém, o narrador já havia debochado do caráter de Damasceno, recontando o boato que circulava:

> Pois tem sempre quem – e se afirmava, em escuros de lua nova ou beco mussequenho: o muadié, com todas suas partes, era mais é do E.L.A., sócio-fundador – Elite para a Libertação de Angola. Ou «Enterro da Libertação de Angola» – outros achincalhavam, invejosos separatistas, gentes de pé-de-quedes e analfabeta, claro, com seus preconceitos e panfletos (VIEIRA, 1981, p. 123).

A blague com o suposto movimento do qual Damasceno faz parte funciona em dois níveis: pelo seu nome "original" – Elite para a Libertação de Angola – denota o caráter elitista dos angolenses, orgulhoso; e pela corruptela "Enterro da Libertação de Angola" demonstra o reacionarismo desse estrato populacional, já bastante evidente pela oposição aos nacionalistas que permeiam o texto.

De forma simbólica, a estória termina com os últimos suspiros da senhora Antónia de Sousa Neto, angolense "desterrada da história" (VIEIRA, 1981, p. 75), como a marcar o fim dos angolenses e a continuidade da História, já em outros termos:

> Do outro lado do quintal e da vida, à sombra da mandioqueira, nga Tonha dia Kaj'vintém – e para sempre perdoe, senhora dona Antónia de Sousa Neto, mãe, esposa e mulher de raras virtudes (8-5-1885 / 15-5-1972) como rezará lápide em Alto-das-Cruzes – deixa cair o inútil cachimbo do passado e começa a chorar pela última vez aos oitenta e sete anos de idade. Eram três e meia da tarde, sábado da era do senhor dos exércitos, das crianças e dos loucos – *a vida continua* (VIEIRA, 1981, p. 131, grifos nossos).

Considerações finais

Os anos que separam a escrita de *Vavó Xíxi e seu Neto Zeca Santos* e *Estória de Família (Dona Antónia de Sousa Neto)* marcam não somente o acirramento do estilo de linguagem empregado por Luandino, mas também ajudam a explicar as diferentes escolhas pela figuração dos angolenses em sua obra.

Tendo em vista que o ano de 1961 marca o início da luta de libertação nacional em Angola, *Vavó Xíxi e seu Neto Zeca Santos*, escrita em 1963, articula-se a uma espécie de clamor pelo engajamento na luta. Resulta disso a escolha de Luandino por ressaltar a miséria do "presente" em comparação ao passado de Vavó. Embora seja possível perceber diferentes historicidades na relação dos personagens, tal alteridade não é o foco do texto, dando lugar à compreensão do destino comum dos personagens, ambas vítimas da colonização portuguesa.

Já *Estória de Família (Dona Antónia de Sousa Neto)* é escrita cerca de dois anos antes da Revolução dos Cravos em Portugal, e pouco mais de três anos antes da Independência de Angola. A luta de libertação, à altura, já estava avançada e o próprio Luandino seguia preso em decorrência da luta, embora neste momento deslocado para o campo de concentração do Chão Bom, em Tarrafal. O texto, então, marca uma crítica a esse estrato populacional que não se desapega de uma suposta tradição, opondo-se aos nacionalistas que travavam a luta, e gozando de certos privilégios por essa filiação ao poder colonial, embora sua retórica seja permeada pela valorização das "coisas da terra". Luandino dá voz a esses angolenses conservadores, mas a construção do texto literário é toda feita de forma a denotar a hipocrisia desses personagens. Interessante notar como o autor permeia essa estória com elementos nacionalistas verificáveis na realidade extraliterária: Ngola Ritmos, Viriato da Cruz e António Jacinto (este transfigurado em Paulo Tavira[2]) sendo os principais deles. Cremos que isto demonstra como a luta nacionalista era já uma realidade espalhada pelo cenário angolano, imparável pelo discurso conservador dos angolenses. Afinal, "a vida continua" (VIEIRA, 1981, p. 131).

[2] Além das semelhanças físicas entre Paulo Tavira e António Jacinto, com destaque para a barbicha e bigode à Vladimito Ilitch (VIEIRA, 1981, p. 126), quando os policiais reconhecem Paulo como o sujeito que buscavam, o inspetor confunde-se: "«Orlando, quê?» Não senhor: Paulo Tavira, empregado comercial, se apresentou. Com certeza - que pseudónimos não usava - mas se era para ir iria, quem não deve não teme." (VIEIRA, 1981, p. 127). A confusão (descabida, aliás, pois Paulo e Orlando não são nomes parecidos) é a "piscada de olho" de Luandino para o leitor mais atento. Orlando Távora foi, sabidamente, um dos pseudônimos usados por António Jacinto (TOPA, 2014, p. 6). Daí (Paulo Tavira – Orlando Tavira – Orlando Távora) depreende-se o humor pelo trecho "que pseudónimos não usava", acima mencionado.

David Pereira Júnior é mestre em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Sua dissertação, intitulada "Nosso Musseque e a Comunidade Imaginada de José Luandino Vieira", contribuiu para o aprofundamento dos estudos literários em língua portuguesa. Além disso, graduou-se em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Universidade São Judas Tadeu (2015) e concluiu a pós-graduação lato sensu em Língua Portuguesa e Literatura na Universidade Presbiteriana Mackenzie (2020). Em 2022, obteve a Licenciatura em Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados – Português. Atualmente, é professor da rede municipal de ensino da Cidade de São Paulo e atua profissionalmente como assessor de imprensa, jornalista (em sites e rádio), redator, produtor (rádio) e revisor. Seus interesses acadêmicos e profissionais abrangem temas como literatura e sociedade, literatura angolana, literaturas de língua portuguesa e a literatura brasileira contemporânea.

Referências

BITTENCOURT, Marcelo. "***Estamos juntos!*" *O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)***. Luanda: Kilombelombe, 2008. v. 1

COLÓNIAS, Ministério das. **Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique, decreto n.º 12.533**, de 23 de Outubro de 1926.

LABAN, Michel et al. Luandino. ***José Luandino Vieira e a sua obra***. Lisboa: Edições 70, 1980.

NASCIMENTO, Washington. ***Jogo nas sombras:* realidades misturadas, estratégias de subjetivação e luta anticolonial em Angola (1901 – 1961)**. Vitória da Conquista-BA: Edições UESB, 2020.

PADILHA, Laura; CHAVES, Rita. "Luuanda: a sublevação da voz e a permanência do lugar". In: VIEIRA, José Luandino. ***Luuanda***. Lisboa: Editorial Caminho, 2015.

PEPETELA. ***Luandando***. Angola: Elf Aquitaine Angola, 1990.

RIBEIRO, Maria Cristina Portella. ***Ideias republicanas na consolidação de um pensamento angolano urbano (1880 c. – 1910 c.):* convergência e autonomia**. 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado em História da África) – Faculdade de Letras, Departamento de História, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

SANTOS, Catarina Madeira. **De 'Antigos conquistadores' a 'angolenses': a elite colonial de Luanda no contexto das Luzes, entre lugares da memória e conhecimento científico.** *Cultura*, Lisboa, v. 24, p. 195-222, jun. 2007.

TOPA, Francisco J. J. ***Luandino por (re)conhecer:* uma entrevista, estórias dispersas, bibliografia**. Porto: Sombra pela cintura, 2014. V. 1.

VIEIRA, José Luandino. "Estória de Família (Dona Antónia de Sousa Neto)". In: ***Lourentinho, Dona Antónia de Sousa Neto & Eu***. Lisboa: Edições 70, 1981.

VIEIRA, José Luandino. Vavó Xíxi e seu Neto Zeca Santos. In: ***Luuanda***. Lisboa: Editorial Caminho, 2015.